

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCÁS

**LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS
2013**

Nº 060/2012



LEI MUNICIPAL Nº 060/2012.

GABINETE

Jucás/CE. Em 28 de Junho de 2012.

Ementa: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2013 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCÁS, JOSÉ HELANIO DE OLIVEIRA FACUNDO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

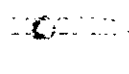
Art.1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, no artigo 4º da Lei Complementar 101/00, as diretrizes orçamentárias do Município para 2013, compreendendo:

- I- Propriedade e metas da administração pública municipal;
- II- Organização e estrutura dos orçamentos;
- III- Diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do município e suas alterações;
- IV- Disposições relativas à dívida pública municipal;
- V- Disposição relativas as despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI- Disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VII- Disposições finais;

Parágrafo único – Integram esta lei os seguintes Anexos:



I- De Metas Fiscais; e





GABINETE

II- De Riscos Fiscais.

§1º - Os orçamentos municipais e respectivas contabilizações pelo método das Partidas Dobradas, das Contas de Governo e Contas de Gestão, obedecerão para fins de registro, demonstrativo e consolidação, além de códigos locais, as seguintes disposições da Lei Federal nº 4.320/64.

- I- Anexo I, Especificação da Receita;
- II- Adendo I, Especificação dos Elementos da Despesa;
- III- Adendo IV, Especificação da Despesa;
- IV- Anexo V, Classificação Funcional-Programática com condigo e estrutura;
- V- Quadros demonstrativos dos Adendos V, VI, VII, VIII e XI.

Art.2º - O Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013 estabelece as prioridades e as metas para o exercício de 2013.

§1º - As metas constantes dos anexos desta lei terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício de 2013, não se constituindo em limite à programação das despesas.

Art.3º - As receitas próprias e do órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas e sociedade de economia mista, somente poderão ser programadas para atender as necessidades relativas ao custeio administrativo, operacional e de investimentos, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida.





GABINETE

Parágrafo único – Na destinação dos recursos de que trata o “caput” deste artigo para atender despesas com investimentos serão priorizadas as contrapartidas dos financiamentos.

Art.4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 4.320/64 e o §5º do Art. 42 da Constituição Estadual, para exame e deliberação da Câmara Municipal, sendo, ainda, observado o prazo estabelecido na Lei Orgânica municipal, será constituído de:

- I- Texto de lei;
- II- Consolidação dos quadros orçamentários;
- III- Anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminado a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
- IV- Anexo do orçamento de investimento que se refere o art. 165, 5º, II, da Constituição, na forma definida nesta lei, e
- V- Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscais e da seguridade social.

§1º- Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os comprovantes referenciados no art. 22, inciso III, da lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

- I- Da evolução da receita Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e seus desdobramentos em fontes, discriminados cada imposto e demais receitas públicas de transferências e de arrecadação direta e as não tributárias;





GABINETE

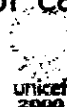
- II- Da evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e grupos de despesa;
- III- Do resumo das receitas dos orçamentos fiscais da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- IV- Do resumo das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- V- Da receita e da despesa, dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme anexo I da Lei nº 4.320/64, de 1964, e suas alterações;
- VI- Das receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do anexo III, da Lei nº 4.320/64 e suas alterações;
- VII- Das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo o Poder do órgão, por grupo de despesas e fontes de recursos.
- VIII- Das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, programa, subprograma e grupo de despesa;
- IX- Dos recursos do tesouro Municipal, diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscais e da seguridade social, por órgão;
- X- Da programação, referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212, da Constituição, ao nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;



2000



2001



UNICEF
2000



UNICEF
2002



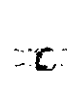
UNICEF
2004



UNICEF
2006



UNICEF
2008



UNICEF
2009



UNICEF
2010



GABINETE

§2º- A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:

- I- Relato sucinto da conjuntura econômica do Município, baseado no cenário macroeconômico para 2013;
- II- Estimativa da previsão da receita e estimativa da despesa.

§3º- Poderão acompanhar o projeto de Lei Orçamentária Anual, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

- I- Resultados correntes dos orçamentos fiscais e da seguridade social;
- II- Recursos destinados ao ensino pré-escolar e ensino fundamental de forma a caracterizar o cumprimento do disposto nos arts. 212 e art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- III- Consolidação dos investimentos programados nos orçamentos do Município, por órgãos e unidade orçamentária, eliminada a duplicidade
- IV- Discriminação dos subprojetos em andamentos, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2012, ultrapasse vinte por cento do seu custo total estimado, informando o percentual de execução e custo total acima referidos, observado o que estabelece o inciso 02, do art. 10 desta lei;
- V- Obras ou serviços constantes da proposta orçamentária que tenham tido sua execução interrompida há mais de dois anos, indicando subprojeto/sub-atividade orçamentária correspondente, órgão, etapa em execução





GABINETE

da obra, custo total atualizado, custo para sua conclusão e empresa executora.

- VI- A memória de cálculo sucinta da estimativa de gasto com pessoal e encargos sociais e com o pagamento de benefícios previdenciário, em caso de existência de regime próprio, para o exercício de 2013;
- VII- A memória de cálculo de estimativa das despesas com amortização e com juros e encargos da dívida pública interna e/ou externa mobiliária municipal em 2013, indicando as taxas de juros, os deságios e outros encargos;
- VIII- O efeito, por órgão, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda da receita que lhes possa ser atribuídas, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, em cumprimento ao disposto no art. 165, §6º, da Constituição Federal;
- IX- O gasto com pessoal e encargos sociais, por Poder e total, executado nos últimos três anos, a execução provável em 2012 e o programado para 2013, com a indicação da representatividade percentual do total em relação à receita corrente líquida, nos termos do art. 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

§4º- Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária.





GABINETE

§5º- Para efeito do disposto no art. 4º desta lei, o Poder Legislativo, as Secretárias de Governo, as administrações dos fundos especiais, as autarquias, fundações, as empresas municipais e demais administrações dos órgãos públicos municipais e contas de gestões, encaminharão até o dia 31 de julho de 2012, ao órgão responsável pela elaboração do orçamento municipal, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de exame técnico de viabilidade e consolidação, sob pena de terem suas propostas fixadas com base nos atuais custos administrativos.

Parágrafo único – Existindo Procuradoria-Geral na estrutura organizacional do Município, esta encaminhará a Diretoria de Orçamento, até 31 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2013 devidamente atualizados, conforme determinado pelo o art.100, § 1º, da Constituição Federal, e discriminada por órgão e grupos de despesas, especificando:

- I- Número e data do ajuizamento da ação originária;
- II- Número do precatório;
- III- Tipo da causa julgada;
- IV- Data da autuação do precatório;
- V- Nome do beneficiário;
- VI- Valor do precatório a ser pago;
- VII- Data do trânsito em julgado; e
- VIII- Número da vara ou comarca de origem.

Art.6º - Efeito desta Lei, entende-se por:



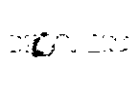


GABINETE

- I- Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II- Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo continua e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III- Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV- Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo federal, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- V- Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;
- VI- Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional;
- VII- Órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
- VIII- Concedente, o órgão ou a entidade da Administração Pública Federal direta ou indireta responsável pela



Rua Cel. Raimundo Gomes, 176 - Centro - Jucaás-CE - CEP: 63580-000 - CNPJ: 07.547.879/0001-60 - CGF: 06.920.244-8





GABINETE

transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários; e

- IX- Conveniente, o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais ou do Distrito Federal e as entidades privadas, com os quais a Administração Federal pactue a transferência de recursos financeiros.

§1º- As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2013 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais e respectivos subtítulos, com indicação, quando for o caso, do produto, da unidade de medida e da meta física.

§2º- O produto e a unidade de medida a que se refere o §1º deste artigo deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual de 2010-2013.

§3º- Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função e a subfunção as quais se vincula.

§4º- As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser classificadas sob um único código, independentemente da unidade executora.

§5º- A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental,



Rua Cel. Sarmento Gomes, 176 - Centro - Jucás-CE



PROCURADOR





GABINETE

mesmo que a atuação se dê mediante a transferência de recursos a entidade pública ou privada.

Art.7º- Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas publicas bem como das despesas dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total.

Art.8º- Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categorias de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, o identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§1º- A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S).

§2º- os grupos de Natureza de Despesa - GND constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I- Pessoal e encargos sociais (GND1);
- II- Juros e encargos da dívida (GND2);
- III- Outras despesas correntes (GND3);
- IV- Investimentos (GND4);





- GABINETE**
- V- Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas (GND5); e
- VI- Amortização da dívida (GND6).

§3º- A reserva de Contingência, prevista no art. 19 desta Lei, será classificada no GND 9.

§4º- A modalidade de Aplicação – MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

- I- Diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da seguridade Social; ou
- II- Indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§5º- A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I- Governo estadual (MA 30);
- II- Administração municipal (MA 40);
- III- Entidade privada sem fins lucrativos (MA 50);
- IV- Consórcios públicos (MA 71);
- V- Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos (MA 72);
- VI- Aplicação direta (MA 90); e





GABINETE

VII- Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91).

§6º- O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação a definir (MA 99).

§7º- Quando a operação a que se refere o inciso VI do §5º deste artigo for identificada apenas na execução orçamentária, antes da emissão da nota de empenho, a unidade orçamentária procederá à troca da modalidade de aplicação na forma prevista nesta Lei.

§8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas à seguridade social.

Art.9º- Todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado, diretamente, independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de créditos a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§1º- Não caracteriza infringência ao disposto no caput, bem como à vedação contida no art.167, inciso VI, da Constituição, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora.

§2º- As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no §1º deste artigo, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei





GABINETE

4.320/64, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação a que se refere o art.7º, §8º, inciso VI, desta Lei.

Art.10º- Os Orçamentos Fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa por órgão e unidade orçamentária, segundo a classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível.

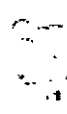
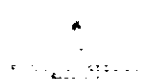
§1º- As categorias de programação de que se trata o caput deste artigo poderão se identificados por subprojetos ou sub-atividades, com indicações das respectivas metas.

§2º- Os subprojetos e sub-atividades se for o caso, serão agrupados em projetos e atividades, contendo uma sucinta descrição dos respectivos objetos.

§3º- No projeto de Lei Orçamentária Anual poderá ser atribuídos a cada subprojetos e sub-atividade, para fins de processamento, um código numérico seqüencial que constará da lei orçamentária anual.

§4º- O enquadramento dos subprojetos e sub-atividades na classificação funcional-programática deverá observar genericamente os objetivos precípuos dos projetos e atividades, independentemente da entidade executora e do detalhamento da despesa.

§5º- As modificações propostas nos termos do art. 166, §§ 3º, 4º e 5º, da Constituição Federal deverão preservar os códigos numéricos seqüenciais da proposta original.





GABINETE

§6º- As fontes de recursos e as modalidades de aplicação aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas mediante publicação de ato do Poder Executivo, com a devida justificativa, para atender as necessidades de execução logística do projeto e ou atividade respectiva através de detalhamento da despesa, utilizando os mesmos recursos para os fins respectivamente programados.

Art.11º- A modalidade de aplicação a que se refere o § 6º do artigo anterior destina-se a indicar o responsável pela execução e será identificada na Lei Orçamentária e créditos adicionais pelo código geral (0000.00000000.00) conforme abaixo:

- I- 0000 = código inicial que identifica o órgão e a unidade orçamentária;
- II- 00000000 = código que identifica a função, subfunção, programa, projeto ou atividade;
- III- 00 = código que identifica a seqüência dos projetos ou atividades.

Art.12º- O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite do valor total do orçamento, sendo os créditos abertos mediante edição de decretos do Executivo. Os créditos adicionais utilizarão idêntica forma de codificação e programação estabelecida para a Lei Orçamentária Anual.

§1º- Para os recursos transferidos pela União ou pelo Estado, sob qualquer natureza, as despesas vinculadas a estes recursos poderão ser suplementadas até o valor total das transferências.





GABINETE

§2º- Poderão ser atribuídas exceções aos limites preconizados pelo caput deste artigo.

§3º- Acompanharão os projetos de lei relativos a autorizações de créditos adicionais especiais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotação propostas sobre a execução dos projetos ou atividades correspondentes.

§4º- Os decretos de abertura de créditos adicionais especiais ou, suplementares aos programas, serão acompanhados, na sua publicação, de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos projetos ou atividades atingidos e suas metas, integrando-se automaticamente ao universo orçamentário anual.

§5º- Cada projeto de lei e decreto deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional, indicando os novos programas ou os programas a serem suplementados, ocorrendo a abertura e respectivo desdobramento como preceituam os arts. 43 e 46 da Lei Federal nº 4.320/64.

§6º- A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art.167, §2º, da Constituição, será efetivada, se necessária, mediante ato próprio do Poder Executivo, durante o exercício seguinte.

Art.13- Nas previsões de receita e na programação da despesa observar-se-á:

1º- Nas previsões de receitas:





GABINETE

- I- As previsões de receitas observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àqueles a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
- II- Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- III- O montante previsto para as receitas de operações de créditos não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- IV- Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

02- Na programação da despesa não poderão ser:

- I- Fixadas despesas, sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II- Incluídos subprojetos com a mesma finalidade em mais de um órgão;



2000



2000



2002



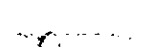
2004



2004



2008





GABINETE

- III- Incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, §3º, da Constituição;
- IV- Transferidos a outras unidades orçamentárias do mesmo órgão os recursos recebidos por transferência, ressalvados os casos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Fundo Nacional de Saúde;

§1º- Excetuados os casos de obras cuja natureza ou continuidade física não permitam o desdobramento, a Lei Orçamentária Anual não consignará recursos a projeto que se localize em mais de uma unidade orçamentária ou que atenda a mais de uma.

§2º- O total de emendas à proposta orçamentária não poderá exceder ao limite da fixação dos respectivos volumes das reservas de contingências de que trata o art. 19 desta lei.

Art.14º- Poderão ser apresentados projetos de lei dispendo sobre as seguintes alterações na área da administração tributaria, observadas, quando possível, a capacidade econômica do contribuinte e, sempre, a justa distribuição de renda:

- I- Atualização da Plante Genérica de valores do Município;
- II- Revisão e atualização da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, remissões ou compensações, descontos e isenções;
- III- Revisão e atualização da legislação sobre taxas pela prestação de serviços, com a finalidade de custear serviços





GABINETE

- específicos e divisíveis colocados à disposição da população;
- IV- Revisão e atualização da legislação sobre a contribuição de melhoria decorrente de obras públicas
 - V- Revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza;
 - VI- Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre a transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de direitos reais sobre imóveis;
 - VII- Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia administrativo;
 - VIII- Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal, bem como minimizar situações de despesa com lançamentos e cobranças de valores irrisórios;
 - IX- Revisão da legislação sobre uso do subsolo e do espaço aéreo da cidade;
 - X- Adequações da legislação tributaria municipal em decorrência de alterações das normas estaduais e federais;
 - XI- Modernização dos procedimentos de administração tributária, especialmente quanto ao uso dos recursos de informática.

§ 1º - Os projetos de lei que objetivem modificações no Imposto Predial e Territorial Urbano deverão explicitar todas as alterações em relação à legislação atual, de tal forma que seja possível calcular o impacto da medida no valor do tributo.

§ 2º - Considerando o disposto no artigo 11 da lei Complementar Federal nº101, de 2000, deverão ser adotados





as medidas necessárias a ^{GABINETE} intuição, previsão e efetiva arrecadação de tributos de competência constitucional do município.

§ 3º - Poderá ao município se utilizar das prerrogativas do inciso II do § do art. 14 da Lei Complementar 101/00, desde que devidamente comprovadas.

Art. 15 – Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão subprojetos novos se>

- I. Tiverem sido adequadamente contemplados todos os subprojetos em andamento;
- II. Os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.

Art. 16 – Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para pagamento de sina, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinadas diversa da programada, exceto se comprovado documentalmente erro na **fixação desses recursos**.

Parágrafo único – Executa-se do disposto caput deste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesa com o pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original.



Rua Manoel de Araújo, 136 - Centro - Jucás - PE - CEP: 54500-000 - Fone: (51) 3333-2000



DIÁRIO



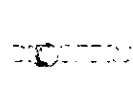


GABINETE

Art. 17 – É vedada a inclusão, na Lei Orçamentaria Anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios ou subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades de natureza continuada, que preenchem uma das seguintes condições;

- I. Sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação.
- II. Estejam registradas nos conselhos Municipais de Assistência Social, Saúde ou Educação, dependendo da área de atuação de entidade;
- III. Sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- IV. Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do At das Disposições Constitucionais Transitórias;
- V. Ser sediada no município; e,
- VI. Que assegurem à destinação de seu patrimônio a outra instituição com o mesmo fim e com sede do Município, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§1º- Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declarações de funcionamento regular, emitida no exercício de 2012 por autoridades locais, e comprovantes de regularizações do mandato de sua diretoria.





GABINETE

§2º- É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

§3º- A destinação de recursos a entidade privada com sede no Município para atendimento as ações de assistência social, saúde e educação, serão realizadas por intermédio de transferência a unidade de medida de desempenho e requerimento plano de seu titular, devendo sua prestação de contas até o ultimo dia útil do exercício a que se refere a presente Lei, composta dos seguintes documentos.

- a. Relatórios consubstanciados das atividades;
- b. Balancete financeiro;
- c. Recolhimento do saldo monetário que houver;
- d. Comprovação de desempenho.

Art.18 - As transferências de recursos do município, consignadas na Lei Orçamentária Anual, para instituições, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, será realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente, ressalvadas aquelas decorrentes de recursos originários da repartição de receitas previstas em legislação específica, as repartições de receitas tributarias, as operações de créditos para atender a estado de calamidade pública, legalmente conhecido por ato do Poder executivo, e dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura e do instrumento original, desde que não seja inadimplente com:

- I. O fisco da União, inclusive as contribuições de que tratam os arts. 195.e 239 da Constituição;



2000



2000



2002



2004



2006



2008



2008



2008



GABINETE

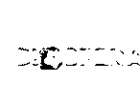
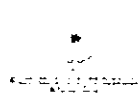
- II. As contribuições para o Fundo de Garantia por tempo de Serviços; e
- III. A prestação de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da administração pública municipal, através de convênios, acordos, ajuste, subvenções, auxílios e similares;
- IV. Fisco do município.

§1º- É obrigatória contrapartida da instituição que poderá ser atendida através de recursos financeiros ou bens e serviços economicamente mensuráveis e será estabelecida de modo com a capacidade da respectiva unidade beneficente, tendo como limite máximo:

- I - no caso de matéria e serviços: 10% (dez por cento) de contrapartida;
- II - no caso equipamentos e obras: 20% (vinte por cento) de contrapartida.

§2º - A existência de contrapartida fixada no paragrafo anterior não se aplica aos recursos transferidos pela União e Estados:

- I. Oriundos de operações de créditos internas e externas salvo quando o contrato dispuser de formas diferentes;
- II. Oriundos de dotações de organismos internacionais ou de governos estrangeiros e de programas de conversão e de segurança pública;
- III. Para atendimento dos programas de educação fundamental e as ações incluídas nos bolsões de pobreza identificados





como áreas prioritárias no Programa Comunidade Solidária;

§3º - Caberá ao órgão transferidor do município:

- I. A exigência de indicação compromissada de um preposto coordenador d programa; e
- II. Acompanhar a execução das subatividades ou subprojetos desenvolvidos com os recursos transferidos.

§ 4º - As transferências previstas neste artigo serão feitas mediante apresentações de plano de trabalho, devendo o empenho ocorrer até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere, e os demais registros próprios das datas da ocorrência dos fatos correspondentes.

§5º - O disposto deste artigo aplica-se igualmente à concessão de empréstimo, financiamento ou aval pelo Município autorizado por lei, inclusive suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital.

§6º - A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas défcits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas nesta lei e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais, até o limite de dez por cento da receita corrente líquida.

§7º - Na concessão de créditos a pessoa física, ou jurídica que não estejam sob o controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos



Município de Jucás - Ceará



UNICEF
2000



UNICEF
2002



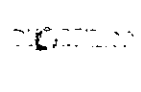
UNICEF
2004



UNICEF
2006



UNICEF
2008



Município de Jucás - Ceará



GABINETE

definidos em lei ou ao custo de captação, com o mesmo prazo de amortização estabelecido para o Município junto à instituição financeira.

Art.19º - A lei orçamentária conterà dotação para reversa de contingência até o limite máximo de cinco por cento da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2013, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, incluindo-se nesses as alterações e adequações decorrentes de falha de previsão orçamentária. *

Art. 20º - Na programação a cargo do Setor de Finanças/Administração incluir-se-ão as dotações destinadas a atender as despesas com:

- I- Pagamento da dívida interna; e
- II- Pagamento dos precatórios;

§1º - As demais Secretárias Incluirão dotações destinadas à manutenção dos serviços anteriormente criados e para aquisição de bens de capital, necessários ao perfeito funcionamento e operacionalidade de suas atribuições e competências administrativas, subordinadas as respectivas contas de gestões sobre as quais responsáveis prestarão contas regulares.

§2º - Os programas de Educação, e os de Saúde, à conta dos respectivos fundos especiais, poderão ser suplementados, e efetuadas as transposições de dotações que se fizerem necessários, utilizando recursos orçamentários dos mesmos programas, destinados a agilizar o processo de aplicação, do cumprimento das obrigações constitucionais e, para manutenção





GABINETE

dos efeitos da descentralização orçamentária-administrativa-financeira, observadas as decisões dos respectivos conselhos municipais sobre as reais necessidades a respeito da movimentação orçamentária, financeira e patrimonial no exercício.

Art.21º - O sistema de controle interno gravará na conta "Diversos Responsáveis", com o registro em livro próprio e mensalmente, em nome do respectivo gestor, o valor global dos recursos liberados e aplicados com prestação de contas irregular, para atendimento ao disposto no art. 81, 83, 84 e do 87 a 90 e do 93 do Decreto-Lei nº 200/67, de 25/02/67.

Art.22º - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 200 e 212, § 4º, da Constituição, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

- I- Das receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento;
- II- Da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada, para despesas no âmbito dos encargos previdenciários da União e,
- III- Do orçamento geral...

Parágrafo único - A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

Art.23º - O orçamento a seguridade social discriminará as dotações relativas às ações descentralizadas de saúde e





GABINETE

assistência social, em categorias de programação específicas dos órgãos e unidades orçamentárias.

Art.24º - Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, e as receitas que atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual.

§1º - Os Restos a Pagar processados e os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício de 2013, não poderão exceder as disponibilidades de caixa na consolidação das contas no ato do encerramento do exercício, estendendo-se a mesma obrigação às disponibilidades de caixa dos recursos dos Fundos Especiais e respectivas obrigações financeiras conforme resultados apurados, separadamente, em suas contabilidades, conforme estabelece o § único do art. 8º da LC nº 101/2000.

§2º - O pagamento da despesa pública ocorrerá, no máximo, em 30 (trinta) dias após sua liquidação, sendo vedada sua antecipação ou inversão da origem cronológica de pagamento.

§3º - Até o encerramento do expediente do último dia útil do mês de dezembro de 2013, os saldos não aplicados de recursos do Município, transferidos ao Poder Legislativo e às contas de gestão ou instituições conveniadas, deverão ser devolvidas à Fazenda Municipal para efeito de consolidação das contas, sob pena de inscrição e registro do gestor na conta Diversos Responsáveis, e comunicação aos órgãos de controle externo, excluídos os saldos dos fundos especiais, observados o disposto nesta Lei, podendo ainda, serem considerados antecipação de repasse no caso do Poder Legislativo.





GABINETE

Art.25º - No exercício financeiro de 2013, as despesas com pessoal ativo e inativo, dos dois Poderes do Município observarão o limite estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Primeiro – Os poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a proceder ajuste de vencimentos aos seus servidores até o limite da inflação ocorrida o período compreendido entre o último aumento e a concessão, desde que não seja inferior a 12 (doze) meses, e observado o limite do “caput” deste artigo.

Parágrafo Segundo – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar Concurso público, para fins de ocupação de vagas surgidas, para recompor o quadro efetivo de servidores ou para atender necessidade da Administração.

Art.26º - Não será aprovado projeto de lei, que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, sem que se apresente a estimativa da renúncia de receita correspondente.

Parágrafo único – A lei mencionada no caput deste artigo somente entrará em vigor após o cancelamento de despesas em idêntico valor.

Art.27º - É vedado ao Município durante a execução orçamentária do exercício a que se refere a presente lei e após lançamento da obrigação tributária e respectiva notificação, sem prévia autorização legislativa:

- I- Conceder anistia ou redação de imposto ou taxas;
- II- Prorrogar o prazo de pagamento da obrigação tributária;



2002



UNICEF
2000



UNICEF
2002



2004



2004



2005



2005



2005



GABINETE

- III- Deixar de cobrar os acréscimos por atraso de pagamento;
- IV- Aumentar o número de parcelas;
- V- Proceder ao encontro de contas;
- VI- Efetuar a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito de crédito contra a Fazenda Municipal.

Parágrafo único – Os valores dos impostos e taxas poderão ser atualizados monetariamente e cobrados, observado o seguinte:

- I- O valor venal dos bens imóveis junto ao mercado de imóveis; e,
- II- Os custos operacionais dos serviços postos a disposição dos contribuintes e executados às custas do erário municipal.

Art.28º - Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

- I- A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;
- II- A despesa e a assunção de compromisso serão registrados segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar. O resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;
- III- As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundamental, inclusive empresa estatal dependente;

